



Ata nº9

Ata da Sessão Ordinária de Assembleia de Freguesia de Ouca

----- Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de dois mil e dezoito, na localidade de Ouca, nas instalações da sede da Junta de Freguesia, situadas na Rua da Estrada, nº 21, 3840-302 Ouca, pelas vinte e uma horas, teve início a sessão ordinária de assembleia de freguesia de Ouca, na presença de Tiago Manuel Ferreira Cardoso, presidente da Assembleia, que dirigiu os trabalhos e deu início à reunião.-----

----- Foi realizada a marcação de presenças, contando com a presença dos seguintes cidadãos: -----

-----*Tiago Manuel Ferreira Cardoso* -----

-----*Francisco Manuel Ferreira Silvestre* -----

-----*Luís Alberto de Jesus Rocha* -----

-----Liliana de Oliveira da Cruz -----

-----Carlos Moreira -----

----- *Maria Fernanda de Jesus de Almeida Oliveira*-----

----- Faltaram à presente reunião: -----

-----*Alexandre Sérgio Barros Leite* -----

----- *Wilson António de Oliveira Oliveira*-----

-----António Alexandre Santos (substituído na reunião pelo Sr. Mário Sobreiro)

----- Abrindo o ponto um, foi lida a ata da reunião anterior, tendo a mesma sido colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com 7 votos a favor.



----- Seguiu-se para o ponto número dois, “Período antes da ordem do dia, nos termos do artigo 52º da Lei 75/2013, de 12 de setembro”. -----

----- Toma a palavra, a Dª Fernanda onde explica, que o anterior executivo não confirmou a pertença da barraquinha de madeira. O presidente toma a palavra para explicar que esta questão ficou esclarecida à posteriori, pois a proprietária da barraquinha dirigiu-se ao executivo para clarificar que a mesma foi adquirida para uma atividade da área agrícola. Assim sendo, a barraquinha não é pertença da junta, uma vez que foi oferecida pela proprietária à associação ARCO, tendo sido utilizada pelas comissões de festas desde aí. A Sra. Deslocou-se à junta de freguesia onde foi informada que sempre que a utilização de um bem é cedida, deve haver um comprovativo dessa cedência. Assim, a Sra. assinou um documento a ceder a utilização à junta de freguesia, documento este que foi inutilizado, pois posteriormente a Sra. lembrou-se que tinha cedido a utilização da barraquinha à associação ARCO. -----

----- A Sra. Fernanda continua fazendo o reparo de que a convocatória deve ser realizada com maior antecedência, pois a convocatória da presente reunião foi feita muito em cima da hora, o que pode inviabilizar a participação dos membros da assembleia. Continua sugerindo, como já anteriormente o Sr. Vítor tinha feito, que a documentação relativa às reuniões da assembleia fosse impressa pela junta de freguesia, uma vez que são grandes quantidades de documentação, que implicam um grande gasto pessoal na impressão. A Dª Fernanda termina a sua exposição pedindo ainda que lhe sejam fornecidos os exemplares das Atas nº 5,7 e 8, que não possui. -----

----- Inicia-se o ponto número três: “Apreciar informação escrita do presidente da junta acerca da situação financeira da freguesia nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro”. Neste ponto o presidente de junta faz uma explicação detalhada da receita da junta. Assim, no período compreendido entre 19 de setembro e 14 de dezembro de 2018, a receita da junta foi equivalente a 21.379,71 euros que diz respeito sobretudo ao pagamento do fundo de financiamento de freguesias e ao pagamento da 2ª tranche do Acordo de delegação de competências. No que à despesa concerne, foram



gastos 15.357,28 euros sobretudo com aquisição de serviços, despesas com pessoal e aquisição de bens. Quanto aos saldos de gerência, a junta de freguesia possuía, a 14 de dezembro, na conta da Caixa Geral de Depósitos, 15.802,35 euros. Na conta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo a junta detinha 8.849,05 euros. O total das contas perfaz um somatório de 24.651,40 euros. O ponto número três finda com o presidente a dar conhecimento das atividades desenvolvidas pela junta, no período acima referido. -----

----- Não havendo questões relativas ao ponto anterior, tem início o ponto número quatro: “Análise e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019”. Toma a palavra o presidente de junta para explicar que este é o documento que define as linhas de desenvolvimento estratégico da junta de freguesia, onde estão inseridos os Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades para 2019, por exemplo. No que ao Orçamento, para o ano de 2019, diz respeito, o presidente sublinha que a receita para esse ano somará 94.459,88 euros, o que representa um aumento de 28.283,88 euros, face a 2018. Este aumento está relacionado com o aumento do valor pago pela Câmara Municipal relativo ao acordo de delegação de competências e com o aumento da taxa de inumação, no pagamento direto aos coveiros. Na despesa para 2019, iremos ter também um aumento de 24.927,88 euros, face a 2018, o que se prende sobretudo com os contratos emprego-inserção que a junta estabeleceu e com o pagamento da fatura de energia. O presidente continua explicando detalhadamente as fontes de receita e despesa previstas para 2019, nesta proposta de orçamento. -----

----- De seguida, o presidente introduz o tópico do Plano Plurianual de Investimentos, onde esclarece que, para o ano de 2019, os investimentos serão realizados em três setores: Parques e Jardins, Viação Rural e Cemitérios. Os investimentos terão ainda o reforço do saldo de gerência do ano anterior, que se prevê de cerca de 24000 euros. No que diz respeito à viação rural especificamente, o presidente informa que a junta de freguesia realizou uma candidatura, em novembro de 2018, ao Fundo Recomeçar- Ambiente, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que ao ser aceite permitirá a obtenção de 72000



euros de investimento para recuperação de caminhos rurais. No entanto, esta é uma premissa que não consta do orçamento inicial, uma vez que se tratando de uma candidatura, a mesma poderá ou não ser aceite. O presidente explana detalhadamente os Investimentos previstos para o ano de 2019, em cada um dos três sectores definidos em cima. -----

----- O presidente termina o ponto número quatro apresentando o plano de atividades para o ano de 2019. A junta prevê realizar atividades que se estendem em vários domínios (administração, informação, grafismo, cidadania, educação, cultura, ação social, saúde, habitação e urbanismo, desporto e respetivas infraestruturas, mobilidade, higiene urbano, canídeos, proteção civil, espaços verdes e espaços públicos) e que possam espelhar as prioridades dos cidadãos da freguesia. -----

----- Não havendo questões levantadas pelo público, o Plano e Orçamento, para o ano de 2019 é colocado a votação, sendo o mesmo aprovado com seis votos a favor e uma abstenção. -----

----- É iniciado o quinto e último ponto da convocatória: “Intervenção do Público, nos termos nº1, do artigo 49º, da lei 75/2013, de 12 de setembro”. Toma a palavra o Sr. David Nunes, para questionar o executivo sobre quem é o responsável, em Ouça, pela limpeza dos cemitérios. O presidente responde informando que existe uma pessoa responsável por este serviço, que é o António Leite. Informa ainda que o Sr. António Mourão, no decorrer dos seus serviços de limpeza rural, é normal que execute algumas tarefas que lhe pareçam necessárias. O Sr. David questiona ainda quem é o responsável pelas limpezas de espaços entre capelas e jazigos, ao que o presidente informa que se forem espaços privados deve a limpeza ser realizada pelos proprietários, enquanto que se o espaço for público, a mesma deverá ser executada pela junta de freguesia. O Sr. David diz ainda que foi informado por terceiros que a junta anda a executar serviços de transportes de lixos de propriedades de privados e questiona se o mesmo é verdade, ao que o presidente informa que a junta de freguesia pode prestar serviços a particulares e que para esse efeito cobra um custo, que se encontra na tabela de taxas e emolumentos. Um destes exemplos, é a casa devoluta, em



frente à Flor D'Ouca, cuja proprietária foi informada e solicitou à junta de freguesia que efetuasse o serviço, mediante o pagamento do custo associado. –

----- Intervém, de seguida, o Sr. Ricardo Reis, que questiona quais os caminhos referidos como sujeitos a intervenção, no caso de ser aceite a proposta realizado ao Fundo Recomeçar e se os mesmos estão situados apenas na localidade de Ouça. O presidente informa quais são os caminhos passíveis de sofrer intervenção, ao que o Sr. Ricardo Reis prossegue referindo que para o Tabuaço não há nada, nenhum dos caminhos do Tabuaço irá então, sofrer intervenções. O presidente responde informando que estes foram os caminhos sinalizados pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios como sendo de intervenção prioritária. No entanto, com o caso de ser aceite, a cativação de verba do Fundo Recomeçar irá permitir ter verba orçamental para se fazer intervenção em outros caminhos rurais. O Sr. Ricardo Reis informa que existem vários caminhos rurais no Tabuaço que se encontram em avançada fase de degradação e que precisam de intervenção urgente de requalificação. -----

----- De seguida, toma a palavra o Sr. Paulo Carvalho, que questiona o executivo acerca de intervenções futuras a realizar nas pontes que se encontram caídas, há cerca de 20 anos, no lugar de Tabuaço. Este Sr. informa que as pontes se encontram num estado que nem tratores agrícolas lá conseguem passar. O presidente informa que tem conhecimento de causa do estado das mesmas pois já lá se deslocou várias vezes. Informa ainda, que durante o ano passado, se deslocou lá com membros da proteção civil, que referiram que as soluções para a ponte que está partida se encontravam em análise e que relativamente à outra ponte, não lhes parece que a mesma se encontre num estado de elevado risco de segurança. -----

----- Intervém, de seguida, o Sr. Fernando que pretende saber quem emitiu a licença necessária à construção, que está a ter lugar no Largo da Capela do lugar de Carregosa. O presidente responde dando conhecimento de que o licenciamento de muros, não é uma competência da junta de freguesia e que quem emitiu a licença para a construção daquele muro, foi a Câmara Municipal. Informa ainda que o proprietário do muro foi questionado, devido a um grande



número de queixas relativo ao mesmo e que este se encontra legalizado. A Câmara pediu dois pareceres à junta de freguesia sobre este muro, um ao anterior executivo e outro ao atual. O atual executivo informou a Câmara de que os populares, em relatos locais, reconhecem aquele espaço, como sendo público, há décadas, há mais de 60 anos. -----

----- Toma a palavra novamente o Sr. Ricardo Reis que questiona o executivo acerca do cemitério do Tabuaço e se a junta está a ponderar o alargamento do mesmo. O presidente informa que depois dos cemitérios estarem informatizados se poderá ter uma ideia global quanto ao espaço, mas que o cemitério do Tabuaço possui apenas 177 campas, o que num futuro alargado, se deverá revelar insuficiente, pelo que sim, o alargamento do mesmo, será uma hipótese a ter em conta, até porque a construção do mesmo apresenta alguns constrangimentos que impedem a organização do cemitério quanto à rentabilidade do espaço. O Sr. Ricardo Reis termina informando que o proprietário dos terrenos se encontra à disposição de fazer a venda dos mesmos e que é uma oportunidade, que a perder-se, poderá não voltar a surgir. O presidente explica que, neste momento, o ponto fulcral é resolver a titularidade do cemitério e que, depois desta ação estar realizada, então se poderá partir para outras ações interventivas. -----

----- Intervém o Sr. Vítor Almeida explica que quanto à história da barraquinha de madeira, na altura fez uma afirmação, mas que posteriormente chegou à conclusão de que existiam duas barraquinhas, a que era da junta de freguesia foi destruída num acidente e a outra foi então doada à associação ARCO. O Sr. Vítor prossegue referindo que, na Rua da Escola, na localidade de Rio Tinto, foi feita uma limpeza de uns arbustos, numa propriedade do Sr. Néilson Martins e gostaria de saber se foi a junta de freguesia que o fez e se a mesma teve algum custo para o proprietário. O presidente responde dando conhecimento, de que houve o alerta, por parte de terceiros, de que estes arbustos estariam a ocupar o espaço da via pública, pelo que devido aos possíveis transtornos de segurança rodoviária, a junta de freguesia definiu que esta seria uma intervenção a realizar. Assim, a junta procedeu à realização do corte, porém futuramente a junta não irá



fazer o mesmo procedimento, o corte serve como uma chamada de atenção ao proprietário, para que num futuro próximo, o mesmo possa proceder à intervenção. O Sr. Vítor termina a sua exposição, referindo que não entendeu muito bem qual foi o parecer que a junta deu à Câmara Municipal acerca da construção. O presidente informa que o parecer dado, foi de que os munícipes relatavam que aquele espaço, pelo qual o muro estava a ser alinhado, era de domínio público, há mais de 60 anos e quem tem de deliberar acerca deste assunto é a Câmara, aliás o presidente acredita mesmo que antes de tomar uma decisão a Câmara deverá ter recorrido ao Departamento jurídico, para se informar. O Sr. Vítor acrescenta que, ao nível estético, o muro até se enquadra no que já lá existe. -----

----- Toma a palavra, o Sr. Carlos Alberto que comenta com a assembleia o facto das atas do anterior executivo terem sido finalmente entregues e que ficou muito admirado pelo facto de haverem atas, onde apenas um elemento da junta se fazia representar na reunião, para além disso ficou também muito admirado com as semelhanças entre as atas. -----

----- O Sr. Ricardo Reis faz mais uma intervenção, desta feita, para sugerir que as convocatórias para as reuniões de assembleia de junta, no lugar de Tabuaço, passem a ser afixadas no café, ao invés de ser na igreja, uma vez que a missa apenas se realiza uma vez por mês, naquela comunidade o que influencia o número de pessoas com conhecimento da realização de reunião de assembleia.

----- O Sr. Vítor Almeida toma a palavra para sugerir que relativamente à informatização dos cemitérios, podem haver discrepâncias, uma vez que existem alvarás de sepulturas, que ainda se encontram em Soza, devido à sua antiguidade. O presidente informa que esse trabalho de recolha já está a ser realizado, tendo a junta de freguesia de Soza sido contactada algumas vezes, a fim de esclarecer algumas questões. -----

----- O Sr. David Nunes interfere solicitando um parecer para a colocação de um reboque de saibro, no campo de malha, do Parque das Azenhas, que o atual está extremamente degradado. O presidente responde que este foi um tema



falado, inclusive a título informal e que a junta já procedeu ao pedido do reboque de saibro, encontrando-se, há cerca de 175 dias à espera que o fornecedor entregue o mesmo. O presidente informa ainda que esta é uma competência que não cabe à Câmara realizar, uma vez que faz parte do rol de competências da junta de freguesia. -----

----- O Sr. Luís Rocha toma a palavra para informar que a vedação da escola primária da Carregosa se encontra em muito mau estado e o que pensa o executivo fazer, em relação ao assunto. O presidente informa que a Câmara Municipal está a par deste assunto e que, em julho de 2018, inclusive vieram tirar as medidas à vedação. A junta de freguesia teve conhecimento ainda de que a reparação da vedação constava das grandes opções do plano de orçamento da Câmara para o ano de 2019, uma vez que a Câmara concorreu a um fundo de financiamento para reparação de alguns estragos causados pela passagem da tempestade Leslie e que o arranjo da referida vedação, fazia parte da lista de intervenções. Assim sendo, tendo em conta que a Câmara prevê realizar as intervenções dessa lista no primeiro trimestre de 2019, a junta espera que esta obra, estando incluída, seja concluída no mesmo período. -----

----- O Sr. Mário Sobreiro toma a palavra para questionar acerca do encaminhamento das águas pluviais, na Carregosa. O presidente informa que esta situação também foi questionada em reunião com a Câmara Municipal, ao que o assessor do vice-presidente de câmara informou que já lá tinha ido ao local fazer a recolha fotográfica e posteriormente encaminhado para os serviços operacionais. À junta cabe agora continuar a fazer pressão junto da Câmara, para que a intervenção, vá definitivamente avante. -----

----- Para constar e para os devidos efeitos se lavrou a minuta da presente ata, sendo a mesma lida em voz alta e levada a votação pela assembleia, tendo sido aprovada por unanimidade (7 votos a favor), sendo de seguida assinada pelos membros da mesma. -----

----- Não tendo sido apresentado mais nenhum assunto a esclarecer, toma a palavra Tiago Cardoso, presidente da assembleia: -----



----- Declara a sessão encerrada agradecendo a todos a sua presença e a
forma ordeira como a sessão decorreu. -----



-----Ouça, sete de junho de dois mil e dezanove---

-----O Presidente da Assembleia de Freguesia

----- (Tiago Manuel Ferreira Cardoso)

-----O Primeiro secretário da Assembleia

----- (Luís Alberto de Jesus Rocha)

-----O Segundo secretário da Assembleia

----- (Liliana de Oliveira da Cruz)